

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XVII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1978

O reparo que temos a fazer a esta *Introdução à Arqueologia* diz respeito às carências das indicações bibliográficas. Somos de opinião que uma obra de carácter propedêutico deveria facultar aos seus leitores uma bibliografia mais ampla. Além do mais, uma ou outra repetição no texto deve-se provavelmente ao facto de a obra ter nascido — como já acima afirmámos — de apontamentos para o uso dos estudantes de Arqueologia. Obra polémica, escrita numa linguagem clara, é uma recapitulação refrescante para quem já leu a *Storicità deWarte Classica*, a *Archeologia e Cultura* e os três volumes sobre a arte romana. Para aqueles que não conhecem Bianchi Bandinelli, diremos que é um livro bom e, como tal, vale a pena ser lido.

VASCO DE SOUSA

JOSÉ MONTEIRO, *Pequena história de um museu. Fundo e catálogo. Carta, arqueológica do concelho do Fundão*. Lisboa, União Gráfica, 1978. 1 vol., 20 cms, 158 p., h 1 mapa, il.

Criado por deliberação camarária de 8 de Outubro de 1942, o Museu do Fundão não tem registo de entradas, não tem catálogo de peças, não tem arquivo de correspondência. Sentimos essa falta quando, em 1975, nos propuemos estudar a colecção epigráfica do museu. Suspeitando que tais elementos se achavam na posse do seu organizador, Dr. José Alves Monteiro, destituído das suas funções em Setembro de 1974, a ele nos dirigimos. Com sucessivos adiamentos, embora nunca com uma recusa formal de prestar as informações pedidas, o Dr. José Alves Monteiro fez-nos atrasar a publicação, que finalmente veio a sair no vol. XVI (1977) desta revista, distribuído no verão de 1978. Presumimos que já então o Dr. José Alves Monteiro, auxiliado por seu filho Bartolomeu Monteiro, preparava a edição da obra agora presente. Teria sido mais correcto ter-nos informado disso, pois aguardaríamos a publicação deste volume; e, dada a insuficiência do estudo epigráfico agora impresso, e os seus numerosos erros, teríamos republicado, com melhor ilustração e mais cuidada leitura, as lápides do museu, fazendo justiça a quem, devotada e gratuitamente, organizou o museu, a ele cedendo muitas peças que a título pessoal lhe foram oferecidas. Não foi a generosidade do Dr. José Alves Monteiro ao ponto de entregar ao museu o catálogo que possuía das peças.

O caso do Dr. José Alves Monteiro e do Museu do Fundão é exemplificativo de uma situação que se repete em vários pontos do país: uma Câmara que cria um museu mas não lhe presta a devida assistência financeira; um conservador que não distingue muito bem entre o próprio e o público, trabalhando gratuitamente em benefício do concelho, mas reservando elementos de informação cujo lugar adequado era o arquivo do museu.

Na introdução, da autoria de Bartolomeu Monteiro, pretende-se fazer uma história do museu, sobretudo através de longas ou completas transcrições de cartas trocadas entre o Dr. José Alves Monteiro e a presidência da Câmara. Apenas a destituição do director, na sequência da revolução de Abril de 1974, e o desejo de mostrar quanto fez e o mau pagamento que recebeu, justificam esta publicação. Relações de peças, entre as p. 28-42, têm, evidentemente, interesse para se conhecer a sua proveniência e a data de entrada no museu, mas esta informação deveria ser incluída no seu lugar no catálogo que constitui a segunda parte da obra, catálogo aliás incompleto. Tal como se encontram, as relações de objectos são um material bruto que requer tratamento. O leitor interroga-se, muito cheio de dúvidas, sobre se as peças constantes dessas relações são hoje identificáveis no museu.

A introdução termina com a bibliografia relativa às espécies recolhidas no museu e uma apresentação da carta arqueológica, impressa em desdobrável no final do volume. Quanto à primeira esquecem-se alguns trabalhos como o que o próprio Dr. José Alves Monteiro publicou na revista «Conimbriga», XIII (1974), ou dois breves artigos do »Novidades» e do «Diário de Notícias», aliás transcritos na p. 118-119 da obra. Quanto à carta arqueológica, o título que lhe convém é apenas o de «mapa de localização de alguns dos achados arqueológicos mais importantes do Dr. José Alves Monteiro». Faltam-lhe, com efeito, numerosas estações já bem identificadas, pré-históricas e romanas, estações que uma pesquisa bibliográfica aturada descobriria.

A segunda parte da obra, da p. 53 em diante, é um catálogo dos objectos do museu. Diz o organizador deste volume, Bartolomeu Monteiro: «Como, por falta de vista e precário estado de saúde, não pode o antigo Conservador publicar nota adequada sobre a valiosa colecção que coligiu e colocou no Museu do Fundão, vem o signatário apresentar alguns dos elementos que o Dr. José Alves Monteiro lhe pôs à disposição para o efeito» (p. 48).

As peças são ilustradas por meio de fotografias e desenhos. Nestes, são visíveis duas técnicas: a de Bartolomeu Monteiro (simples desenhos lineares, contornantes, incapazes de representarem devidamente as peças) e a de Rogério Pereira, que o organizador do volume classifica com exagerada boa vontade de primorosos. Uns e outros são igualmente medíocres. Sem escala, muito sumários, não permitem uma leitura correcta da peça nem possibilitam o estabelecimento de paralelos com peças semelhantes. As regras do desenho arqueológico foram completamente esquecidas ou, talvez melhor, ignoradas. As fotografias, por seu lado, são péssimas e não permitem, na maior parte dos casos, leitura. A má qualidade da reprodução tipográfica juntou-se à mediocridade das fotografias originais.

Cada fotografia ou desenho é acompanhado por uma legenda, que identifica (mas nem sempre) o objecto, a proveniência, o autor e a data do desenho» o ofertante (quando de oferta se trata). Faltam muitas vezes as dimensões e a natureza do material.

O catálogo é dividido em três partes: arqueologia pré e proto-histórica, arqueologia romana, arqueologia medieval e pós-medieval. Na primeira

classifica-se de eneolítica uma peça de cronologia quanto a nós muito duvidosa (fig. 22) e inclui-se um sarcófago que não pode ser anterior à época romana (fig. 26).

A segunda parte introduz-nos no estudo das epígrafes romanas guardadas no museu.

O estudo de uma inscrição tem hoje regras bem definidas que não podem ser ignoradas. É o caso da maneira de fazer uma transcrição: as palavras ou letras existentes na epígrafe devem ser transcritas em maiúsculas, acrescentando-se em minúsculas entre parêntesis curvo o complemento da palavra. Ora esta regra é logo esquecida na primeira inscrição. A transcrição é feita em minúsculas; esquece-se o ponto distinguente entre o teónimo e seu epíteto, de importância fundamental para nos levar a concluir tratar-se de um epíteto étnico. Não são indicadas as dimensões das letras e espaços interlineares, nem a bibliografia. As observações feitas às inscrições valem sobretudo pela indicação dos locais de proveniência das peças e condições de achamento.

O cotejo desta obra com o nosso artigo sobre o mesmo assunto («Conimbriga», XVI, 1977, p. 5-31) permitirá ajuizar das correções a introduzir. Salientemos algumas: na ara dedicada a Júpiter, p. 66, é incluído entre parêntesis rectos o que devia ser em curvos, ou seja, IOVI / 0[P](timo) / / MA[X](imo) / TICES S(olvit). Existirá um V entre o nome da dedicante e o verbo *solvit*? Não nos parece. A ara dedicada ao deus Écio, p. 67, não tem indicação das dimensões e não há qualquer análise da onomástica e do teónimo.

Do término augustal volta o autor a repetir o que já havia dito em artigos anteriores: a sua autenticidade. Com o estudo por nós elaborado não podem restar dúvidas de que se trata de uma cópia feita a partir do original romano que, entretanto, se perdeu.

O marco miliário é a única peça que tem indicadas no próprio desenho as medidas gerais da peça. Não se fez, no entanto, uma tentativa de o integrar numa via, nem o estudo do imperador ou da inscrição.

As pedras tumulares, que vêm a partir da p. 73, são bem indicadas por ordem alfabética, excepto a inscrição de Avita que deveria aparecer em segundo lugar. Nesta inscrição, aliás, é nítido ler-se CELSI e não CELSO. A primeira pedra tumular »estudada« é a inscrição de Amena. Não é inteiramente lida e a parte que o é está mal. A inscrição, com efeito, apresenta: AMOENA LOVESI(¿; / F(ilia) [ANN]0[RVM] XXXVII II (ic) S (ita) / E (st) S (it) S(ité T(ibié T(erraé L(evis). LOVESIVS TA/NCINVS PATER. F(faciendum) C(uravit) e não, AMOENA IOVE I/F NO XXVII.

A inscrição de C. Arius, p. 77, apresenta nítido na l. 2 o *cognomen* APILOCVS, com o O incluso no L, e não APILCVS.

A inscrição dedicada a Flacino é, tal como a de Amena, de difícil mas não impossível leitura. No desenho houve hesitação e dúvidas de leitura, mas na *Inscrição* essa perplexidade desapareceu. No entanto, na l. 4 deve ler-se VXSOR e não VXOR.

Na inscrição de Melão, p. 84, deverá antes ler-se MELONIS e não MAELONIS, na l. 3.

Entre as peças romanas avulsas figura um relógio de sol (fig. 62) ; não sabemos que razões poderão ter levado a incluir esta peça, tal como a representada na fig. 70, entre os objectos romanos.

A *arqueologia medieval e pós-medieval* constitui a última parte do *catálogo*. O que ficou dito dos desenhos, fotografias, legendas, pode, com inteira justiça, repetir-se desta parte.

As *notas avulsas*, a partir da p. 105, são comentários às peças existentes no museu. Muitas destas notas são repetição do que foi escrito nas páginas anteriores.

Na p. 111 indicam-se as dimensões das inscrições a Júpiter e Lubeco. Deveriam ter sido dadas no lugar próprio. O mesmo se diga de todos os comentários às inscrições e peças já apresentadas atrás. Do nome Lubeco diz-se que «não vem (...) no índice do C.I.L.». Mas vem noutras obras como José Vives, *Inscripciones latinas de la España Romana*, publicado em 1972, anterior, portanto, à data em que foi feita a consulta do C.I.L., 1974.

Não compreendemos a referência ao nome *Coeno*, feita na p. 113.

As p. 114 e 115 são das mais importantes, pois nelas se faz uma tentativa de análise dos granitos, procurando determinar a sua proveniência. Todos eles são de origem regional e regional será também a sua gravação.

Dispensava-se o recurso a Cagnat, p. 119, se a inscrição de Firmina tivesse sido bem lida.

A partir da p. 120 faz-se a transcrição de diversas cartas trocadas entre o autor e diversas personalidades, a propósito da interpretação das inscrições.

Nas últimas páginas são referidas inscrições romanas que não se encontram no museu, mas em localidades da região. Uma delas, a referida na p. 143 e achada na Quinta da Caneca, Peraboa, guarda-se actualmente no Museu de Cava Juliana, na Covilhã. Mereceria um estudo atento, juntamente com outras que se encontram nesse museu.

Refere-se também um «fragmento de ara» encontrado em Alpedrinha, dedicada a Marte mas nada mais se diz.

Na p. 144 é apresentada a fotografia de uma lápide tumular romana que está (?) no Souto da Casa, encastrada numa parede da sacristia da igreja paroquial. No entanto não se fazem comentários ao monumento que nos parece semelhante ao de *Hispanus*.

Enfim, uma obra sem carácter científico, a que se ajustaria o título «Memórias de um conservador de museu». Util pelas informações que presta, colmatando deste modo uma lacuna existente na história da região.

João L. INFES YAZ